

31/05/2006

TRIBUNAL PLENO

AG.REG.NO MANDADO DE SEGURANÇA 25.081-0 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGRAVANTE(S) : ALFREDO EGYDIO SETUBAL E OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : IVES GANDRA DA SILVA MARTINS E
OUTRO(A/S)
AGRAVADO(A/S) : PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR
MISTA DE INQUÉRITO DO CONGRESSO
NACIONAL - CPMI DO BANESTADO

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DO BANESTADO. AGRAVO REGIMENTAL.

Prazo decadencial para a impetração em curso a partir do ato da CPMI que determina a quebra do sigilo de dados bancários. Exaurido o prazo sem que atos decorrentes do ato de quebra de sigilo possibilitem a repetição das alegações contra o ato inicial.

Agravo regimental a que se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a presidência da ministra Ellen Gracie, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do relator.

Brasília, 31 de maio de 2006.


JOAQUIM BARBOSA

- Relator



31/05/2006

TRIBUNAL PLENO

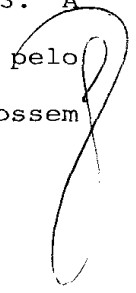
AG.REG.NO MANDADO DE SEGURANÇA 25.081-0 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGRAVANTE(S) : ALFREDO EGYDIO SETUBAL E OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : IVES GANDRA DA SILVA MARTINS E
OUTRO(A/S)
AGRAVADO(A/S) : PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR
MISTA DE INQUÉRITO DO CONGRESSO
NACIONAL - CPMI DO BANESTADO

R E L A T Ó R I O**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (Relator):**

Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão em que neguei seguimento a mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por ALFREDO EGYDIO SETUBAL E OUTROS contra ato da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional - CPMI do Banestado, criada por meio da aprovação do requerimento 5/2003.

Com relação à matéria de fundo da impetração, a quebra do sigilo bancário dos impetrantes foi determinada em 30.10.2003, mediante a aprovação do requerimento 241/2003. A ilegalidade ora atacada consistiria na determinação, pelo presidente da CPMI, de que os documentos sigilosos fossem lacrados e armazenados em sala-cofre no Congresso Nacional.



Sustentaram os impetrantes que o ato impugnado ofendera direito líquido e certo à preservação da privacidade. Alegam, ainda: (i) a inexistência de fato concreto capaz de justificar a quebra de sigilo (fls 17); (ii) ilegalidade do critério genérico adotado pela CPMI, que teria determinado quebra de sigilo em bloco (fls. 19); (iii) ausência de indicação de qualquer atividade dos impetrantes relacionada ao objeto da CPMI (fls 18); (iv) ausência de fundamentação do ato que determinou a quebra do sigilo; (v) descumprimento do dever sigilo das informações pela CPMI (fls. 19); (vi) ofensa ao princípio da proporcionalidade (fls 20-25); (vii) vício de forma na obtenção das informações sigilosas (fls. 25-28); (viii) ofensa aos princípios da moralidade e da eficiência (fls 28-32).

O pedido de medida cautelar foi negado (DJ 11.10.2004).

Nas informações prestadas (fls. 209-216), a autoridade impetrada afirmou que a quebra do sigilo de dados bancários dos impetrantes obedeceu às normas aplicáveis e que, embora tenha de fato ocorrido o vazamento da notícia da quebra de sigilo, não houve vazamento dos dados obtidos (fls. 214).

O procurador-Geral da República manifestou-se (fls. 218-221) pelo não-conhecimento do mandado de segurança.

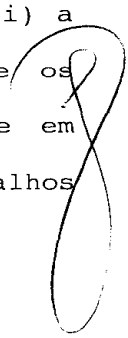
Em petição datada de 20.01.2005 (fls. 235), os impetrantes renovaram o pedido de liminar, argumentado que a

CPMI do Banestado havia terminado sem que houvesse qualquer menção ao nome dos impetrantes em seu relatório final, e que os dados em poder da extinta CPMI seriam remetidos a outras autoridades, com perigo potencial ao seu sigilo.

Diante da relevância das alegações dos impetrantes, solicitei novas informações aos impetrados e abertura de nova vista à Procuradoria-Geral da República.

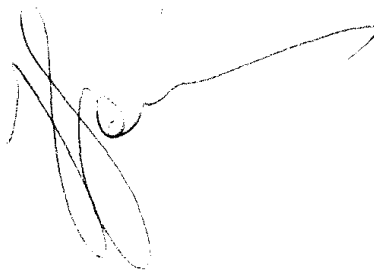
Em ofício datado em 18/05/2005 (of. 037/05 - SCOM), a Secretaria de Comissões do Senado Federal consignou que a CPMI do Banestado, atingido o prazo limite de funcionamento, encerrou os trabalhos sem apresentação de relatório final. Afirmou, ainda, que as informações reunidas pela Comissão restringiam-se a dados de natureza fiscal, e que o acervo da CPMI fora lacrado e encaminhado ao Arquivo do Senado Federal para resguardar sua natureza sigilosa.

Em decisão de fls. 245-251, neguei seguimento à impetração, considerando: (i) a decadência do direito de impugnar o ato de quebra de sigilo pela via mandamental; (ii) a ausência de elementos concretos capazes de demonstrar se os documentos referentes aos impetrantes estavam efetivamente em posse do Congresso Nacional; (iii) o encerramento dos trabalhos da CPMI.



Dessa decisão os impetrantes interpuseram o presente agravo regimental em que reiteraram os argumentos expendidos na inicial.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke extending to the right.

V O T O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (Relator):

Sem razão os agravantes.

É manifesta a decadência do direito de impetrar mandado de segurança, visto que o ato que determinou a quebra de sigilo de dados bancários dos impetrantes (fls. 84-85) foi aprovado em 30.10.2003 - quase um ano, portanto, antes da data em que a impetração foi protocolada neste Tribunal (01.10.2004).

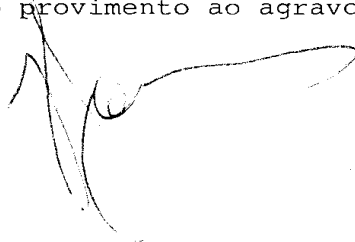
Ademais, a mera retenção dos documentos já obtidos não é um ato novo, passível de impugnação por meio de mandado de segurança, consistindo, na verdade, em mera decorrência lógica do ato inicial que determinara a quebra de sigilo.

Reafirmo também a manifesta inadequação do mandado de segurança para o caso, pois faltam elementos concretos capazes de demonstrar se os documentos referentes aos impetrantes ainda se encontram em posse do Congresso Nacional ou se houve efetivo repasse desses documentos a outros órgãos com a conclusão dos trabalhos da CPMI.

Finalmente, ressalto que o encerramento dos trabalhos torna prejudicado o mandado de segurança impetrado contra ato de Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme o entendimento pacífico desta Corte (MS 23.709-AgR, rel. min. Maurício Corrêa,

v. g.). Não obstante, para o caso basta a constatação da decadência.

Do exposto, nego provimento ao agravo regimental.

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of fluid, connected strokes. It appears to be a stylized representation of a name, possibly starting with a capital 'M' or 'N'.

31/05/2006

TRIBUNAL PLENO

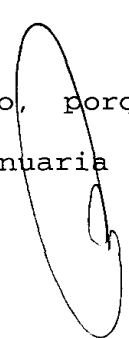
AG.REG.NO MANDADO DE SEGURANÇA 25.081-0 DISTRITO FEDERAL

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Senhora Presidente, apenas para não parecer que caminho no sentido de endossar a declaração de inadequação do mandado de segurança, consigno que fico na decadência. Assim o faço porque, se tivesse que enfrentar - e não estou, aqui, preso ao princípio da eventualidade - o tema alusivo à adequação, entenderia adequado o mandado de segurança, pois houve a quebra do sigilo, quebra atacada mediante mandado de segurança, e os dados relativos às contas bancárias foram deslocados do estabelecimento bancário para o Senado da República e encontram-se no arquivo. Não estou a imaginar a venda do arquivo, como ocorreu há pouco com certa fita e, então, teríamos mandado de segurança contra ato do diretor.

Mas ficaria apenas na decadência. Realmente, foi impetrado o mandado de segurança quase um ano após o ato apontado como ilegal. Deixamos essa segunda parte.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Mas, aí, a autoridade coatora seria outra eventualmente, não mais a Comissão de Inquérito.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Não, porque, se tempestivo o mandado de segurança, o ato atacado continuaria sendo o da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.



A SRA. MINISTRA ELLEN GRACIE (PRESIDENTE) - Portanto, negam provimento também por outro fundamento.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Seria interessante vermos qual é o fundamento do Colegiado.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - O fundamento da decadência.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Está bem. É só a decadência.

Presidente, estou convencido de que está corretíssimo e de que o relator lançará, na ementa, o entendimento do Colegiado.



PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****AG.REG.NO MANDADO DE SEGURANÇA 25.081-0**

PROCED.: DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

AGTE.(S): ALFREDO EGYDIO SETUBAL E OUTRO(A/S)


ADV.(A/S): IVES GANDRA DA SILVA MARTINS E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S): PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO
DO CONGRESSO NACIONAL - CPMI DO BANESTADO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Eros Grau. Presidiu o julgamento a Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 31.05.2006.

Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Presentes à sessão os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Cezar Peluso, Carlos Britto, Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski.

Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza.


/p/ Luiz Tomimatsu
Secretário